

***UPP e UPP Social:
novas políticas, outras polícias
UPP and Social UPP: new policies, other polices***

Mayara de Martini Cabeleira

Estudante de Ciências Sociais na PUC-SP e integrante do Nu-Sol. Desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica sob orientação do Prof. Dr. Edson Passetti com o projeto “UPP e UPP Social. Novas modulações de segurança, dispositivos para cuidar da vida *do e no planeta*”, com bolsa CNPq. Atualmente, realiza pesquisa de iniciação científica, sob mesma orientação, com o projeto “Cromatófero - segurança humana e do planeta”, com bolsa FAPESP. Ambas as pesquisas são vinculadas ao projeto temático FAPESP. Contato: mayarademartini@yahoo.com.br.

No final de 2008, passa a funcionar nas favelas da cidade do Rio de Janeiro uma nova política de segurança, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O programa, realizado a partir de uma parceria entre Governo Federal, Estadual e Municipal com a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, foi articulado pela gestão do secretário de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame, promulgado pelo prefeito Eduardo Paes e governador Sérgio Cabral, planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional. Atualmente, conta com parceria do Ministério Público como facilitador das mediações de conflitos entre

moradores das favelas que possuem UPP e com a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), responsável por realizar uma transição paradigmática de um “fazer tradicional de polícia para um fazer moderno e criativo” (Decreto de lei 42787 de 06 de janeiro de 2011).

As UPPs estão sendo instaladas em territórios que há anos estão *ocupados* por grupos de traficantes, chamados de facções criminosas e milicianos. Seu objetivo é *pacificar* conflitos, *ordenar condutas*, (re)tomar territórios e promover inclusão, participação e desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis com serviços públicos, projetos sociais e investimentos

privados nessas regiões. A UPP pretende desarticular quadrilhas ali presentes e (re)tomar esses territórios utilizando o princípio de polícia comunitária: estratégia de ação policial que promove a aproximação entre população civil e polícia, com uso de tecnologias que aprimorem o trabalho policial, como “computadores, celulares, sistemas de monitoramento, veículos com computadores, além de armamento moderno (inclusive não letal) e coletes protetores” (Polícia Militar do Rio de Janeiro, 2013).

Nessa estratégia utilizada pela UPP, a aproximação do policial com a população deve ocorrer de maneira útil e sutil. Como grande parte da população das favelas sente medo da polícia por conta de sua prática truculenta em conflitos com os chamados criminosos, a atual estratégia busca suavizar a violência policial por meio do revestimento da palavra, na qual UPP passa a representar a “polícia da paz”. A UPP deve disseminar a conduta do bom policiamento em conjunto com

a sociedade civil, nesse sentido, cada indivíduo é mais uma vez atravessado pela cultura do castigo e transforma-se em um polícia, revestindo a delação pela prática da denúncia social. Isso faz o sistema funcionar “porque cada um também se transforma em polícia um do outro” (Passetti, 2011: 77). São outras polícias, “polícias da paz” e polícias de si que policiam um ao outro e a todos, configurando o que Passetti (2007) definiu como *controle dos outros*.

Modelo semelhante a este e considerado o maior “caso de sucesso” deste tipo de política de segurança é o da cidade de Medellín, na Colômbia. Ao final da década de 1990, a cidade foi considerada a mais violenta do mundo por conta do narcotráfico e dos enfrentamentos armados entre grupos paramilitares e guerrilhas. A partir de 2002, o Governo Federal e a prefeitura da cidade, em parceria com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e outras organizações, criaram um programa

de *pacificação* para (re)tomada de territórios, envolvendo exército, polícia e outras instituições do governo. Hoje, a cidade é considerada o *laboratório da paz*.

Essa política de segurança funciona por modulação¹. Suas procedências estão nas normativas internacionais expostas em cartilhas, acordos, recomendações e declarações sobre a importância do cidadão em criar alianças com polícias e governo, a fim de produzir uma sociedade civil participante na fiscalização das políticas públicas. Propõe uma “segurança cidadã” ajustada às exigências dos indivíduos participativos e à política da *cultura de paz* (UNESCO, 2000; 2010).

Atendendo expectativas das normativas internacionais, o Ministério da Justiça do Brasil lançou em 2007 o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança

¹ Entendendo por modulação aquilo que já não é somente um molde com fronteiras demarcadas ou um modelo fechado definido, mas sim “uma moldagem autodeformante que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (Deleuze, 1992: 225).

com Cidadania), com o objetivo de enfrentar a criminalidade no país, articulando políticas de segurança com ações sociais. Foi neste contexto que a UPP foi criada e pouco depois, em 2010, a UPP Social – programa coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) que promove ações sociais integradas com o Governo Estadual e Federal, a sociedade civil e a iniciativa privada. Em conjunto, UPP e UPP Social compõem o *programa de pacificação* da cidade com maior visibilidade internacional do país e fama de perigosa.

A constante expansão territorial das favelas, o fortalecimento do narcotráfico, o aumento dos índices da chamada “violência urbana” e os conflitos da guerra particular² entre facções do tráfico, polícia e milícias no Rio de Janeiro, promoveram o desenvolvimento de estratégias para implantar

² O termo ‘guerra particular’ foi utilizado pela primeira vez em 1999 no filme *Notícias de uma guerra particular*, de João Moreira Salles, que buscou retratar tanto a realidade dos moradores das favelas cariocas como também a dos policiais.

essa política de segurança modular, destinada aos moradores classificados como *vulneráveis*³ que vivem nas favelas.

As favelas cariocas, agora chamadas de *comunidade* e classificadas pelo IBGE como *aglomerados subnormais* (Cf. IBGE, 2010), formaram-se no início do século XX, nas beiras dos morros da cidade. Sua configuração inicial foi resultado da política higienista aplicada, sob argumento de insalubridade, nos cortiços localizados na região

³ “Conceito médico-biológico, proveniente do modelo médico da peste ligada à contenção do risco ao contágio, baseado na estratégia do modelo militar de esquadramento do espaço.(...) O deslocamento atual do conceito de vulnerabilidade, vinculado a programas e políticas de segurança, responde ao gerenciamento de populações construídas como duplamente vulneráveis, expostas ao risco da violência, equalizando pela seletividade o duplo vítima-criminoso, inerente ao sistema penal. Sua operacionalização, na sociedade de controle, provém de resultados de pesquisas voltadas ao combate à pobreza, no início da década de 1990, e baseia-se na qualidade de vida, articula a educação voltada à responsabilidade social” (NU-SOL. “Verbetes: Vulnerabilidade”. Disponível em <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=35>, consultado em 13/04/2013).

central que cederam espaços a largas avenidas. Hoje, depois do crescimento das favelas em direção ao topo dos morros, a utilização da UPP é considerada a maneira pela qual se consolida a *pacificação*, por meio de uma intervenção tática inicial chamada Choque de Paz⁴, que procura se manter estável por meio de um fluxo de monitoramento contínuo. Nesse sentido, duas tecnologias políticas de segurança estão em funcionamento: a tecnologia diplomático-militar (que procura alianças com a comunidade e com o fortalecimento do exército), conectada à de polícia (buscando fortalecer o Estado desde o interior da população).

A *paz* nas favelas objetiva promover a participação dos cidadãos, entrada de novos negócios e valorização do mercado imobiliário. Não havendo espaço para todos, a expulsão de

⁴ Operação de ocupação da favela. Os participantes da ocupação são os agentes do Comando da Polícia Militar e o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e em alguns casos militares do Exército Brasileiro.

pobres e pretos é mais uma vez justificada, agora pela difusão dos empreendedorismos.

A atual política de segurança da cidade do Rio de Janeiro chega num momento próximo à renovação da cidade para comportar a realização de mega-eventos⁵, tornando-a cada vez mais um pólo atrativo aos investidores que buscam um espaço seguro para seus empreendimentos. Dos morros até chegar ao mar, estão programadas reformas e construções que vão de infraestrutura a programas e projetos de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentáveis. Começando no mar com o Porto Maravilha, avança na areia das praias e no asfalto com a Operação Choque de Ordem e chega aos morros com programas como Morar Carioca, PAC 2, UPP e UPP Social.

Acopladas à atual configuração, as ações sociais voltam-se ainda mais ao assistencialismo e aos

⁵ Como Rio+20 em 2012 e os agendados: Jornada Mundial da Juventude, em 2013; Copa do Mundo de Futebol de 2014, Olimpíadas de 2016.

empreendedorismos de crianças e jovens *vulneráveis* como potenciais capitais humanos que devem aproveitar as novas oportunidades para a ascensão social. Esse “subir na vida” relaciona-se diretamente com um fazer normativo, pelo qual esta população é, a todo momento, o alvo primeiro e derradeiro do *governo das condutas* – como sublinha Michel Foucault (1994), o poder será sempre da ordem do governo, ou seja, da condução de condutas.

Com as normativas indicadas em variadas cartilhas que objetivam a criação de espaços seguros para a inclusão dos *vulneráveis* e entrada de novos negócios, grande parte da população adere às normas e a uma conduta obediente, fazendo de suas vidas uma inovadora sobrevivência que se adapta ininterruptamente ao meio.

Bibliografia

DELEUZE, Gilles (1992). *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34.
FOUCAULT, Michel (1994). “Poderes e estratégias”. In: *Ditos e escritos vol. IV - repensar a política*. Organização de Manoel de Barros da Motta e tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro.

Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 236-246.

IBGE (2010). “Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados”. In: *Censo Demográfico 2010*. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf (consultado em 13/01/2013).

PASSETTI, Edson (2007). “Poder e Anarquia: Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado”. In: *Revista verve*, v. 12, pp.11-43. São Paulo: Nu-Sol.

____ (2011). “Fluxos libertários e segurança”. In: *Revista verve*, v. 20, pp. 49-78. São Paulo: Nu-Sol.

POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO (2013). *Fundamentos*

da Polícia Comunitária. Disponível em <http://solatellie.com/cfap/pdf/PoliciaComunitaria.pdf> (consultado em 13/04/2012).

UNESCO (2010). *Cultura de paz: da reflexão à ação. Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. Disponível em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/direitos.html> (consultado em 13/11/2012).

UNESCO (2000). *Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não Violência*. Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf (consultado em 13/11/2012).